



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

16/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

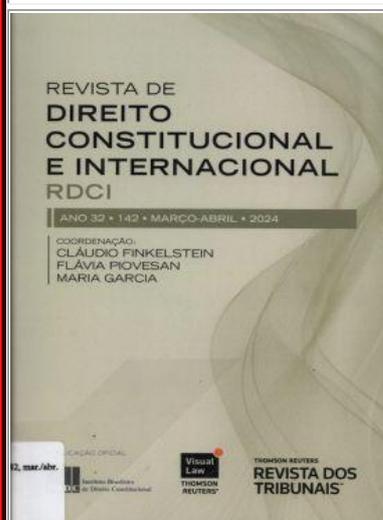
Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

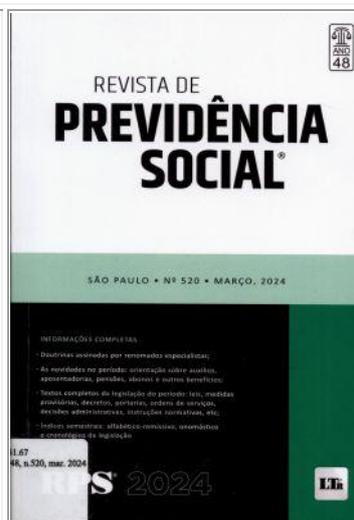
III- PERIÓDICO



Revista de Direito Constitucional
e Internacional



Revista de Processo



Revista de Previdência Social



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

16/2024

PÁGINA Nº

2 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.053, de 12 de junho de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020](#), que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.

DOU - Seção 1, p. 2, 05/06/2024

[Decreto n. 12.066, de 18 de junho de 2024](#)

Regulamenta a [Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024](#), que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

DOU - Seção 1, p. 2-4, 19/06/2024

Ministério da Previdência Social

Gabinete do Ministro

[Portaria n.1.869, de 12 de junho de 2024](#)

Estabelece, para o mês de junho de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DOU - Seção 1, p. 281, 14/06/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
16/2024

PÁGINA Nº
3 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.791, de 29 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 2-3, 13/06/2024

[Lei n. 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#)

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

DOU - Seção 1, p. 3, 13/06/2024

[Lei n. 14.843, de 11 de abril de 2024](#)

Altera a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e restringir o benefício da saída temporária.

DOU - Seção 1, p. 3, 13/06/2024

[Lei n. 14.886, de 11 de junho de 2024](#)

Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

DOU - Seção 1, p. 1, Extra A, 12/06/2024

[Lei n. 14.899, de 17 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#), para determinar que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) armazene dados e informações para auxiliar nas políticas relacionadas com o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

DOU - Seção 1, p. 3-4, 18/06/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
16/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 14.887, de 12 de junho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para estabelecer prioridade na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e a [Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015](#), para determinar que a mulher vítima de violência tenha atendimento prioritário para a cirurgia plástica reparadora entre os casos de mesma gravidade.

DOU - Seção 1, p. 3, 13/06/2024

Vice-Presidente da República

[Lei n. 14.898, de 13 de junho de 2024](#)

Institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

DOU - Seção 1, p. 13, 14/06/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Resolução n.564, de 13 de junho de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 73/2009](#), que dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 133, de 17/06/2024, p. 2

[Resolução n. 565, de 13 de junho de 2024](#)

Prorroga o prazo de vigência das [Resoluções CNJ nº 203/2015](#), [382/2021](#) e [457/2022](#), até a definição de novos parâmetros para a política de cotas raciais no serviço público pelo Congresso Nacional.

eDJ-CNJ n. 133, de 17/06/2024, p. 2-3



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
16/2024

PÁGINA Nº
5 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Conselho da Justiça Federal

Presidência

[Portaria n. 357, de 13 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre a transição da presidência do Conselho da Justiça Federal.
Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 13/06/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Resolução n. 54, de 19 de junho de 2024](#)

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, a criação de unidades descentralizadas para otimização da prestação jurisdicional.
BDTRF1, 21 de junho de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
16/2024

PÁGINA Nº
6 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL Nº 142 – MAR.-ABR./2024

DIREITO CONSTITUCIONAL

Justificação da renda básica universal no Brasil <i>Justification of universal basic income in Brazil</i> EDUARDO MOREIRA	11
A inconstitucionalidade do art. 100, § 11, da Constituição Federal de 1988 por violação às cláusulas pétreas da isonomia, da moralidade e da impessoalidade administrativa <i>The unconstitutionality of art. 100, § 11, of the Federal Constitution of 1988 for violating the essential clauses of equality, morality and administrative impersonality</i> ALYSSON SOUSA MOURÃO	43
A pulverização do Estado Constitucional Democrático de Direito – Breves reflexões e lacônicas críticas sobre o sufocamento da cultura democrática pelo extremismo político-partidário e sociocultural de direita <i>The spraying of the Democratic Constitutional State of law – Brief reflections and laconic criticisms about the suffocation of democratic culture by right-wing political-party and sociocultural extremism</i> CARMEM LÚCIA GOMES LIMA MELO FILHA	67
Branqueamento de capital e paraíso fiscal <i>Money laundering and tax haven</i> MARYNNA MADER GOUVÊIA CYSNEIROS SAMPAIO, RENATA GONÇALVES PERMAN e MARIA IVANÚCIA MARIZ ERMINIO	97
Constitucionalismo, democracia e sociedade em rede: considerações à luz da teoria democrática <i>Constitutionalism, democracy and network society: considerations in the light of democratic theory</i> DEVILSON DA ROCHA SOUSA e CLOVIS GORCZEWSKI.....	109
Incidente de arguição de inconstitucionalidade: notas acerca do instituto e as aporias decorrentes da abstração dos efeitos no controle difuso de constitucionalidade <i>Incident of claim of unconstitutionality: notes about the institute and the uncertainties arising from the effects abstraction in the diffuse control of constitutionality</i> VITOR LEMES CASTRO	131



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
16/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
7 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Revisitando o caso do depositário judicial infiel: entre o <i>distinguishing</i> não realizado pelo STF e a proposta de superação e releitura do RE 466.343/SP <i>Revisiting the case of the Unfaithful Judicial Depositary: between the "distinguishing" not carried out by the Supreme Federal Court and the proposal to overcome and re-read the Extraordinary Appeal 466,343/SP</i>	
LOURI BRUNO BARBIERO.....	163
Interpretação constitucional e positivismo jurídico: uma análise da oscilação do entendimento do STF sobre a prisão em segunda instância <i>Constitutional interpretation and positivism: an analysis of the oscillation of the Brazilian Supreme Federal Court understanding on second instance arrest</i>	
TATYANNE MARIA LINS DE ARAUJO	207
DIREITOS HUMANOS	
A liberdade religiosa na experiência constitucional brasileira <i>Religious freedom in the Brazilian constitutional experience</i>	
EMERSON PENHA MALHEIRO e THIAGO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.....	225
Desenvolvimento sustentável e saúde: reflexões sobre direitos humanos em tempos de crise pandêmica no Brasil <i>Sustainable development and health: reflections on human rights in times of pandemic crisis in Brazil</i>	
VEYZON CAMPOS MUNIZ.....	243
O transtorno do espectro autista no gênero feminino: uma análise da dificuldade de se obter o diagnóstico sob a ótica da dignidade da pessoa humana <i>The Autistic Spectrum Disorder in women: an analysis of the difficulty of obtaining the diagnosis under the perspective of the dignity of the human being</i>	
LETÍCIA BEZERRA DUARTE DE QUEIROZ.....	267
DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL	
A inutilidade das guerras e o direito da coexistência <i>The wars' inutility and the coexistence right</i>	
MARIA GARCIA.....	283
RESENHA	
Uma resposta a Cleber de Oliveira, "Deveres fundamentais: desconstruindo a ideia de que só temos direitos" <i>A response to Cleber de Oliveira, "Fundamental duties: deconstructing the idea that we have only rights"</i>	
JULIO PINHEIRO FARO HOMEM DE SIQUEIRA.....	303



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

16/2024

PÁGINA Nº

8 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

REVISTA DE PROCESSO Nº 350 – ABR./2024

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Repensando a autotutela: conceito e limites no direito brasileiro

Rethinking self-help: concept and limits in Brazilian Law

ANTONIO DO PASSO CABRAL 21

Ensaio sobre a não decisão: os problemas do controle da pauta de julgamentos do STF e das demandas individuais estruturais

Saggio sulla non decisione: I problemi del controllo dell'agenda dei giudizi della Corte Suprema e delle domande individuali strutturali

JULIANA MELAZZI ANDRADE 49

PROCESSO DE CONHECIMENTO- (FASE COGNITIVA)

Contraditório prévio e efetivo e coisa julgada sobre a decisão de questão prejudicial

Prior and effective contradictory and res judicata on issue

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA 71

PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)

Prova testemunhal, falso testemunho e a falsificação não intencional de memórias

Testimonial evidence, false testimony and unintentional forgery of memories

ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR e JÚLIA GOMES PEREIRA MAURMO 97



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
16/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Prova e raciocínio indutivo
Evidence and inductive reasoning
FERNANDO MARIATH RECHIA 121

TUTELA EXECUTIVA

O acolhimento da prescrição em sede de exceção de pré-executividade
The acceptance of the prescription in the case of pre-execution exception
ROSALINA MOITTA PINTO DA COSTA 135

TUTELA PROVISÓRIA

As tutelas provisórias de urgência sob a perspectiva da análise econômica do direito
Preliminary injunctions from the perspective of law and economics
FERNANDA CARVALHO GÓES MATOS..... 171

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Embargos de declaração, agravo em recurso especial e agravo interno: recursos no juízo prévio de conformidade e admissibilidade do recurso especial
Motion of clarification, interlocutory appeal in special appeal, and court's internal appeal: appeals in the preliminary review of conformity and discretion of admissibility of the special appeal to Brazilian Federal Superior Court
FABIO RESENDE LEAL 199

PROCESSOS ESTRUTURAIS, ESTRATÉGICOS E COMPLEXOS

O controle judicial de políticas públicas a partir do viés colaborativo e coparticipativo
The judicial control of public policies from a collaborative and co-participatory perspective
RENNAN THAMAY, FERDINANDO SCREMIN NETO e LUCAS AUGUSTO GAIOSKI PAGANI 227

TUTELA DIFERENCIADA

Jurisdição voluntária contemporânea
La volontaria giurisdizione contemporanea
GUSTAVO HENRICHS FAVERO 251



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
16/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

O sistema de precedentes no contexto da pandemia de Covid-19: uma análise dos precedentes pandêmicos da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça relativos à prisão civil por dívida alimentar

The system of precedents in the context of the Covid-19 pandemic: an analysis of the pandemic precedents of the 3rd Chamber of the Superior Court of Justice relating to civil contempt for guardianship debts

PEDRO FURLANETTO MAYOLO e MARCO FÉLIX JOBIM..... 281

A possibilidade de concertação da competência no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

The possibility of concertation of competence in the Incident of Resolution of Repetitive Demands

RODRIGO MARTINS CANTANHEDE 303

PROCESSO CONSTITUCIONAL

Reclamação constitucional em matéria de liberdade de expressão: aplicabilidade da teoria da transcendência dos motivos determinantes?

Constitutional claim on freedom of speech: applicability of the theory of transcendence of determining reasons?

NATHAN CHRISTIAN COELHO SILVESTRE..... 333

PROCESSO PENAL

Pragmatismo e juiz de garantias: uma análise da Lei 13.964/2019 e do julgamento das ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e ADI 6.305 pelo STF sob perspectiva pragmática

Pragmatism and the judge of guarantees: an analysis of the Law 13,964/2019 and its unconstitutionality ruling by the Brazilian Federal Supreme Court

ANDERSON DE PAIVA GABRIEL, CARLA RAMOS MACEDO DO NASCIMENTO, ALESSANDRA GOMES FARIA BALDINI e ETIENE COELHO MARTINS..... 363

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) brasileiro e o procedimento – Modelo (*Musterverfahren*) alemão

The Brazilian Incident of the Resolution of Multiple Claims on the Same Point of Law and the German Model – Proceedings (Musterverfahren)

MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA 397



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

16/2024

PÁGINA Nº

11 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

Introdução ao sistema brasileiro de justiça penal multiportas (parte 1)

Introduction to the Brazilian multidoor criminal justice (sub)system (part one)

FREDIE DIDIER JR. e LEANDRO FERNANDEZ 423

Análise econômica e comportamental da realização de acordos no processo civil: o tripé informação, momento e custo

Economic analysis of settlement in civil litigation: triad of information, timing and cost

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO, GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS e EDUARDA REGINA BIGOLIN PEZZIN 449



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
16/2024

PÁGINA Nº
12 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL Nº 520 – MAR./2024

REDAÇÃO

Previdência social dos uberistas 159

DOCTRINA

“STF, Revisão da Vida Toda e a falta de esperança dos aposentados” — Sérgio Henrique Salvador 161

Execução previdenciária em face de empresa em recuperação judicial — Océlio de Jesús. C. Morais 163

Motoristas e cobradores de ônibus e a luta pelo reconhecimento do tempo especial para aposentadoria — Taís Rodrigues dos Santos 170

LEGISLAÇÃO

Portaria MPS n. 674, de 05.03.24 — Exames médico periciais poderão ser realizados com a utilização de tecnologia de telemedicina no âmbito da perícia médica federal 214

Decreto n. 11.947, de 13.03.24 — Antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da previdência social 214

Portaria Conjunta MPS/INSS n. 7, de 28.02.24 — Condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da perícia médica federal 215

Portaria SRGPS/MPS n. 738, de 13.03.24 — Programa de enfrentamento à fila da previdência social (PEFPS) 215

Portaria MPS n. 723, de 08.03.24 — Comprovação de vida anual dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social 216

Portaria MPS n. 746, de 13.03.24 — Pecúlio. Índice de reajustamento. Salário de benefício. Índice de reajustamento dos últimos salários de contribuição. Mês de março de 2024 216

Portaria PRES/INSS n. 1.669, de 19.03.24 — Análise documental do benefício por incapacidade temporária — ATESTMED 221

Portaria DIRBEN/INSS n. 1.197, de 19.03.24 — Recepção e a formalização do requerimento de análise documental do benefício por incapacidade temporária — ATESTMED 221